



**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL  
“PROGRAMA GÁS LEGAL”.**

Data: 03/02/2011
Horário: 14:00 às 18:30 hs
Local: Local: Hotel Transamérica Vila Velha - ES

**Presenças**

ANP	CARLOS ORLANDO, OIAMA P. GUERRA, PAULO IUNES, MARIA ELISA OURO PRETO, NOEL M. SANTOS, SEVERINO FERREIRA FILHO, CARLOS CARVALHO, FRANCISCO NELSON, MARISA DUARTE, MARCELO SILVA, LUIZ FERNANDO MANSO, HELENICE DIAS, GUSTAVO LOPES, FERNANDO MARTINS LUIZ VIDAL, GIL RIBEIRO FILHO, SIMONE A. MELO
CBM-MG	PAULO ROGÉRIO T. DA ROCHA
CBM-SC	GAUANA ELIS POZZAN, ROZELI DE S. M. OLIVEIRA
COPAGAZ	WÁRCIO VILELA, JOÃO GOMES, CIMARA ARAÚJO
DECON-CE	FRANCISCO GOMES CÂMARA, JOÃO GUALBERTO FEITOSA
POLÍCIA CIVIL - RN	SILVIO FERNANDO
FENG	GIOVANI BUZZO
FERGAS	ALVARO CHAGAS
GOV. RJ	JORGE LOUREIRO
IJ ASSESSORIA	JOSÉ ANTONIO BORGES
LIQUIGÁS	PAULO F. GORDO, VAGNER SANDRINI
MP-ES	DOMINIQUE BATISTA VINTER, CINTHYA TOFANO, FABIO VELLO, ROGÉRIO PORTO
MPF-SP	JEFFERSON A. DIAS
MP-MG	AMAURI ARTIMOS DA MATTA
MP-PA	HELENA MUNIZ, JOANA C. COUTINHO
MP-PR	CRISTINA CORSO RUARO
MP-RJ	LEANDRO S. NAVEGA
MP-RN	JOSE ALGUSTO PERES FILHO
MP-RR	ADEMIR TELES MENEZES
MP-AP	ALCINO OLIVEIRA DE MORAIS
NACIONAL GÁS	MARCÉLYA O. FARIZELLI, ANDERSON A. CARRISO, ALEX RIBEIRO DOS SANTOS, GUSTAVO BARROSO, EVERALDO GOUVEIA, M. WELLINGTON PERAZZO, SANDRO RISTOV, IVO GASTALDONI
POLÍCIA CIVIL - DF	FERNANDO B. FERNANDES
POLÍCIA CIVIL - ES	EVERSON M. FERNANDES
SEFAZ-ES	ROSELENE M SPAVIER
SERGAP-PE	PAULO SOLER
SER GAS-SP	ROBSON CARNEIRO
SHV GÁS	JOÃO MARCIO MELLO, JULIO CARDOSO, RICARDO REIS, GEORGE ROSI
SINCEGAS	RAIMUNDO S. RESENDE FILHO, MARCELO ARAGÃO
SINDIGÁS	SERGIO BANDEIRA DE MELLO, RICARDO MÁRCIO TONIETTO, JORGE MEDEIROS, DANIEL BRAGA
SINDGAS-ANT	RAQUEL GUIMARÃES, NORMA R. G. MARQUES



SINDIRGAS-PI	TIAGO P. S. PINHEIRO
SINDIVARGAS	ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA
SINERGAS-GO	ZENILDO DIAS DO VALE
SINGASESP	REINALDO A. KACHAN, ORLANDO S. GUIMARÃES
SINGASJ-RN	FRANCISCO A. CORREIA DOS SANTOS, IVO LOPES
SINREVGAS	AMILTON OLIVEIRA
SIRGASERJ	CRISVALDO SOUZA, H. BRAZ
ULTRAGAZ	JEFFERSON F. ROCHA, SILVAN C. CAETANO, A. JOSÉ DE OLIVEIRA

#### Ausências


#### Temas da convocação da reunião

1. Avaliação dos resultados do Programa	2. Troca de experiências
3. Eleição dos Secretários Executivos Nacional e Regionais	4. Escolha do local e data da próxima reunião.

#### TEMAS DE CONVOCAÇÃO

##### 1. – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA –

###### ANP:

Dr. Carlos Orlando, Superintendente de Fiscalização da ANP:

- Mencionou que a ANP realizou uma avaliação interna do Programa Gás Legal, doravante PGL, com a participação do Diretor, Dr. Allan Kardec e de todos os chefes de escritório de fiscalização do Brasil, com o objetivo de promover os possíveis ajustes. Afirmou ainda que isto demonstra a grande importância dada pela ANP ao Programa. Destacou também pontos relevantes da avaliação feita internamente. Dr. Carlos Orlando fez referência, outrossim à questão das denúncias versus demanda, tendo em vista que, pelo sucesso do Programa o número de denúncias tem se multiplicado de maneira exponencial, registrando que os recursos humanos da ANP são limitados, pelo que solicitou ao Coordenador a abordagem da questão. Registrou que a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento, assim como o Diretor, Dr. Allan Kardec, ratifica a manutenção do Coordenador Nacional, assim como da equipe interna que vem o apoiando junto ao PGL.

Dr. Oiama Guerra, Coordenador do Programa:

- Registrou que a avaliação, consoante o que já esclarecera o Superintendente, Dr. Carlos Orlando, é positiva em relação ao Programa, de maneira que sua continuidade é salutar para o mercado. Cita como um exemplo dos avanços a celebração do TAC Nacional com as distribuidoras de GLP, além de TAC's diversos que vem sendo assinados com os PRGLP's, que estão sendo gerados por ocasião das interdições promovidas nesses estabelecimentos de acordo com a sistemática



estabelecida pelo PGL. Registra ainda a grande procura por regularização de PRGLP's, que tem sido recebida pela ANP, a partir da criação do Programa. Deve ser pensada uma forma de medir os resultados do PGL, mas as impressões são de um modo geral positivas. Registrou que as denúncias precisam ser precisas, para que não provoque trabalho ineficiente das autoridades, pois foi constatado que há denúncias inconsistentes, com endereços incorretos, locais onde não ocorre comercialização de GLP, etc. Ressaltou a importância da participação e atuação fiscalizatória dos entes públicos participantes do PGL, tais como Prefeitura, Corpos de Bombeiros, Secretarias de Fazendas e etc., como forma de aumentar o poder de ação dos agentes públicos na regularização do mercado.

**Aurélio Amaral:**

- Registrou que a criação do PGL foi um passo importante, a avaliação é extremamente positiva. Com os ajustes que serão feitos, tais como a adequação às peculiaridades locais, conforme cada Comitê Regional, tornarão o seu sucesso ainda maior. Registra a necessidade de aprimorar as denúncias, para atingir o foco principal – os abastecedores – focando principalmente nos grandes abastecedores. Anunciou para os dias 15 e 16 de fevereiro a próxima reunião do Comitê Sudeste I.

**Noel Santos:**

- Registrou os avanços do PGL. Anunciou que a próxima reunião do Comitê Norte será realizada em Manaus, em 24 e 25 de fevereiro.

**Pontos positivos destacados:**

- Forte adesão dos MPE's ao PGL;
- Oportunidade de disseminação de conhecimento acerca das normas da ANP pelos diversos entes públicos brasileiros;
- Chamamento da ANP pelos MPE's para atuação fiscalizatória;
- Capacidade dos Comitês regionais para coletar informações importantes dos respectivos mercados, o que pode servir de mecanismo de aprimoramento das normas;
- Forte exposição de mídia espontânea provocada pelo PGL;
- Grande busca por regularização das vendas.

**Ajustes:**

- Criação de mecanismos de aferição numérica de avanços do PGL;
- Aumento da coesão/coordenação com escritórios regionais (o que já foi adotado a partir desta reunião);
- Depuração dos bancos de denúncias, visando à identificação dos abastecedores, relacionando-os com os pontos de venda irregulares abastecidos;

**Ministério Público:**

**Dr. José Augusto Perez (RN):**

- Registrou avaliação positiva do PGL, considerando que o mesmo proporcionou uma disseminação, dentro do Ministério Público inclusive, do conhecimento acerca dos riscos representados pelo comércio irregular do GLP, trazendo o assunto para a pauta dos MPE's.
- Ressalta a importância da parte educativa do PGL, mas assevera que entende que a atuação coativa é que produz efetividade;

**Dr. Fabio Vello Correa (ES):**

- Registra a avaliação positiva do PGL, agradecendo ao apoio da ANP, especialmente do Superintendente, Dr. Carlos Orlando, e do Coordenador Nacional, Dr. Oiama

**Guerra.**

**Dr. Amauri Artimos:**

- Ratificou as palavras do Dr. José Augusto no que concerne à avaliação do PGL;
- Destaca que uma forma de avaliação positiva foi a assinatura do TAC nacional com as distribuidoras, reunindo 11 Ministérios Públicos, em 16.12.2010.
- A iniciativa da ANP merece aplausos, por fortalecer a parceria com os MPE's.

**Dr. Leandro Navega (RJ):**

- Registrou o apoio ao PGL e o seu sucesso.

**Dras. Helena (PA):**

- Avalia positivamente o PGL.

**Dra. Joana (PA):**

- Avalia positivamente o PGL.

**Dr. Ademir Menezes (RR):**

- Mesmo que o MPE de RR esteja aderindo agora ao PGL, avalia a iniciativa da ANP de forma positiva.

**Dr. Roberto Senise (SP)**

- Declara o apoio e a avaliação positiva do PGL.

**Dr. Jefferson Dias (MPF-SP)**

- Declara a adesão e apoio ao PGL por parte do MPF-SP, registrando o sucesso demonstrado pela grande quantidade de presentes nesta reunião.

**Dr. Alcino Oliveira (AP):**

- Manifestou seu apoio e registra o sucesso do PGL.

**Dra. Cristina Ruaro (PR):**

- Ratifica a participação e registra o sucesso do PGL.

**Dr. João Gualberto (CE):**

- Avalia de forma positiva o PGL, observando que seu sucesso pode ser medido pela grande quantidade de regularizações.

**Dr. Francisco Câmara (CE)**

- Avaliou de forma positiva o PGL.

**Demais Entes Públicos Representados:**

**Dr. Rogério (ES):**

- Registrou os resultados positivos do PGL.

**Dr. Jorge Loureiro (RJ)**

- Registrou em nome do Governo do Estado do Rio de Janeiro o apoio ao PGL.

**Presidentes de Entidades Sindicais:**

**Raimundo Rezende:**

- Parabenizou a ANP e registrou o apoio ao PGL.

**Nelson Ziviani:**

- Registrou o apoio ao PGL.

**Sergio Bandeira de Mello:**

- Registrou apoio e entusiasmo com o PGL. Destacou: grandes avanços, que podem ser verificados com o nível de entendimento entre os agentes públicos, assinatura do TAC nacional, grandes resultados de mídia, já mencionados por Marcelo Silva, cartilha feita pela ANP e Sindigás para o PGL, interpretando a NBR 15.514.

**Giovanni Buzzo:**

- Ratifica o apoio e a adesão ao PGL.

**Norma Ribeiro Guimarães:**

- Manifesta crença e adesão ao PGL.

**Alvaro Chagas:**

- Manifesta apoio e registra o sucesso do PGL.

**Cleber dos Santos:**

- Registra o êxito no estado do ES com o PGL.

**Crisvaldo Souza:**

- Registra o apoio, ratificado, ao PGL.

**Tiago Pereira da Silva:**

- Registra o apoio e o sucesso do PGL.

**Orlando Guimarães:**

- Registra e ratifica a adesão total ao PGL.

**Paulo Soler:**

- Registrou apoio total ao PGL, assim como seus sucessos.

**Francisco Alessandro Correia:**

- Registrou o apoio total ao PGL.

**Robson Carneiro dos Santos:**

- Registra apoio total ao PGL.

## **2. TROCA DE EXPERIÊNCIAS / OUTRAS DELIBERAÇÕES**

- Acerca das autuações da ANP, condicionando a desinterdição do estabelecimento flagrado abastecendo revendedores irregulares à emissão de parecer favorável do MP, em nome da independência funcional dos promotores e tendo em vista que há membros do MP que não se entendem obrigados a emitir parecer para esses casos, sugere a alteração da redação para algo próximo de: “Cópia deste auto de infração será encaminhado em até X dias ao Ministério Público, para adotar as providências de natureza civil, criminal e administrativa cabíveis.”

- Verificar possibilidade de criação de relatório de atualização de dados nos bancos de denúncias, para informação periódica aos usuários.

- Necessidade de uma segunda rodada de assinaturas do TAC, com o objetivo de permitir a participação dos demais MPE's e distribuidoras que não tenham assinado, registrando que essa nova rodada deverá contemplar a exceção relativa ao transporte fluvial, para adequá-lo à situação da distribuição do Norte do país.

- Conclusão da análise pelos MPE's uma proposta de TAC para as vendas que estão sendo interdita por abastecimento a irregulares, o qual deverá estar



articulado com o TAC das distribuidoras.

- Divulgação em todas as comarcas do teor do TAC com as revendas.

- O Dr. Leandro Navega convidou o Coordenador Nacional do PGL para a próxima reunião do GNCOC – Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, que ocorrerá em abril, com o objetivo de expor aos promotores de justiça participantes o que vem a ser o PGL.

- Possibilidade de convênio com o MPF, a ser conduzido pelo Dr. Jefferson Dias (MPF-SP), Procurador da República em São Paulo;

- ANP deverá estudar a possibilidade de comunicar previamente ao MPE local as operações ligadas ao Programa, quando o respectivo Promotor participe do PGL (solicitação do Dr. Alcino Moraes);

- Dr. Alcino Moraes registrou dificuldades de transporte do GLP nos interiores da região Norte do país, assim como a dificuldade na emissão de documentos pelas prefeituras e outros órgãos locais, assunto que merece atenção da ANP e dos MPE's locais;

- Dra. Cristina Ruaro manifestou a surpresa pela pouca adesão de órgãos públicos locais nas reuniões do Comitê Sul, comprometendo-se a motivar os do PR, pois entende que a divulgação dos riscos do comércio irregular de GLP é importante para evitar interpretações incorretas acerca desse crime por autoridades públicas;

- Dr. Francisco Câmara registrou que o trabalho de combate às irregularidades deve ser levado a efeito em conjunto, com cada autoridade atuando dentro das suas competências específicas, destacando que o Procon do CE já promoveu reuniões com o Corpo de Bombeiros e com a Prefeitura de Fortaleza nesse sentido;

- Raimundo Rezende registrou a preocupação com o aumento no número de revendas no país, registrando que tem observado casos de autorizações dadas a revendedores, provavelmente, através de documentos fraudulentos (alvarás, licenças e outros), pois os estabelecimentos que tem visitado não cumpririam as condições de segurança estabelecidas pelas normas;

- Nelson Ziviani sugeriu que o trabalho de fiscalização seja feito através de reuniões entre presidentes de sindicato e gerentes locais de companhias distribuidoras, pois, segundo afirmou, estes agentes possuem a informação sobre os pontos de venda irregulares, tais como: quem abastece, onde estão localizados os irregulares, etc., pede para que essas reuniões aconteçam com o apoio do Ministério Público local, com o objetivo de dar maior efetividade às ações;

- Dr. Fabio Vello Correa afirmou que o Ministério Público do ES está aberto para tais reuniões, para receber os agentes econômicos e o presidente do sindicato, para que sejam apontados os fomentadores, para que o MP promova uma ação de Estado, com inteligência; O MP não participará de reuniões com o empresariado para definir ações, devendo receber informações para atuar; se os presidentes de sindicato possuem informações nos seus estados, estas informações deveriam ser encaminhadas aos órgãos públicos, especialmente ao MP, para que a ação fique mais fácil.

- Segundo observação de Sergio Bandeira de Mello, o banco de denúncias do Sindigás deve ser visto como um banco indicativo de não conformidades, não significando que os agentes públicos devam atuar sobre todas as informações ali contidas; o banco de denúncias pode ser depurado, de acordo com orientação do ente público interessado; destaca a importância do potencial do PGL na divisão de

tarefas entre os agentes públicos com poder de polícia, para que cada um atue dentro da sua competência, por exemplo, as prefeituras e corpo de bombeiros junto aos pontos de venda irregulares, a ANP, as Polícias e MP's junto aos abastecedores; declara que as distribuidoras, através do Sindigás, apóiam as campanhas educativas onde estejam ocorrendo ações de “choque de ordem” de combate ao comércio irregular, pois observa que a repressão deve ser sistemática.

- Alvaro Chagas, Presidente da Fergás, registrou a preocupação manifestada por presidentes de sindicatos filiados à entidade com o aumento do número de revendedores autorizados, especialmente nas classes I e II, preocupando-se com os níveis de concorrência.

- Por sugestão do Cleber dos Santos do Promotor, Dr. Fabio Vello Correa, irá promover reuniões de disseminação do conhecimento sobre o PGL com promotores de outras comarcas regionais.

- Dr. Oiama Guerra registra que, até prova em contrário, o aumento do número de regularizações é altamente positivo, pois isto significa um potencial aumento nos níveis de concorrência, o que é natural ao mercado livre.

- Dr. Fabio Vello Correa assinala que as revendas devem buscar uma melhora no seu nível de serviço, como forma de destacá-las em relação à revenda irregular, pois uma melhora de eficiência, com otimização das entregas do GLP, por si só, irá provocar um declínio nos índices de revendas irregulares.

- Crisvaldo Souza registra que, excluindo as chamadas “áreas fechadas” do Rio de Janeiro, a maior parte da revenda irregular no estado do RJ é abastecida por cerca de 10% de revendedores autorizados; chama atenção da ANP e demais autoridades para as regiões da Zona Oeste e Baixada Fluminense, onde registra que está ocorrendo o envasilhamento de uma grande quantidade de recipientes de 2 kg, os quais já não são envasilhados pelas distribuidoras há muito tempo, o que indica que deve estar sendo feito transvase por alguma (s) revenda (s).

- Tiago Pereira da Silva registra a preocupação com a capacidade fiscalizatória da ANP e demais entes públicos em relação ao número crescente de agentes revendedores.

- Dr. José Augusto observa, em nome do MPE do RN, que muito embora haja limitações, operando com inteligência, selecionando os pontos críticos, ou seja, elegendo prioridades, dentro do universo de denúncias existentes, é possível fazer um trabalho de efeitos profiláticos e preventivos.

- Dr. Alcino registra que, a exemplo do CE e MG, o MP do PI possui atribuições do Procon, sendo dotado, porquanto, de poder de política, podendo atuar com medidas administrativas, aplicando o Código de Defesa do Consumidor na fiscalização e atuação de agentes econômicos.

- Orlando Guimarães registrou que no município de São Paulo, através das subprefeituras, está ocorrendo um endurecimento na emissão dos alvarás, o que deverá selecionar melhor os revendedores.

- Paulo Soler registrou a preocupação com o aumento do número de revendas autorizadas.

- Francisco Alessandro Correia registra que em sua opinião o que tem produzido resultados em Natal-RN é a ação repressiva, com prisão dos envolvidos, sugerindo que a informação sobre o PGL seja disseminada pelas distribuidoras a todos os seus homens que atuam no campo.





- Robson Carneiro dos Santos registra sugestão de campanhas educativas envolvendo donas de casa; registra também que o número de denúncias, ao menos no estado de SP deve crescer, de maneira que o Poder Público deve atuar com foco.

### 3. ELEIÇÃO DOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS:

- Para o cargo de Secretário Executivo do Comitê Nacional, foi eleito do Sr. Sergio Bandeira de Mello, Presidente do Sindigás, com mandato vigente até a próxima reunião, ainda sem data definida.

- Por sugestão do Presidente da Fergás, Alvaro Chagas, a qual foi acatada, que os secretários executivos regionais serão os respectivos líderes sindicais dos estados onde será realizada a respectiva reunião; havendo mais de um líder sindical, estes deverão entrar em acordo para a assunção da função quando da realização da reunião.

4. A data da próxima reunião será oportunamente definida pela ANP, informada a todos através do Secretário Executivo Nacional.

Ações definidas	Responsável	Prazo
Encaminhar contatos dos presidentes de sindicatos	Sindigás	Imediato
Criação de mecanismos de aferição numérica de avanços do PGL	Comitê Nacional	A partir da próxima reunião
Depuração dos bancos de denúncias, visando à identificação dos abastecedores, relacionando-os com os pontos de venda irregulares abastecidos	Sindigás	Conforme solicitação dos entes públicos
Adequação dos autos de infração à sugestão do Dr. José Augusto: "Cópia deste auto de infração será encaminhado em até X dias ao Ministério Público, para adotar as providências de natureza civil, criminal e administrativa cabíveis."	ANP	Imediato
Verificar possibilidade de criação de relatório de atualização de dados nos bancos de denúncias, para informação periódica aos usuários	Sindigás	Imediato
Conclusão da análise pelos MPE's uma proposta de TAC para as revendas, com divulgação aos MPE's das comarcas do interior	MPE's e Dr. Amauri Artimos	Dar andamento
Dar seguimento ao convênio da ANP com o MPF	ANP e Dr. Jefferson Dias	Imediato
Verificar a possibilidade de comunicar previamente ao Promotor de Justiça envolvido no PGL das ações relativas ao Programa	ANP	Imediato
Convidar formalmente o Coordenador Nacional do PGL para a próxima reunião do GNCOC	Dr. Leandro Navega	Conforme cronograma próprio
Motivar a adesão às reuniões de entes públicos locais	Dra. Cristina Ruaro	Em tempo para a próxima reunião do Comitê Sul
Promover reuniões informativas com os Promotores de Justiça das comarcas do interior do ES	Dr. Fabio Vello Correa	Conforme cronograma próprio





Organizar próxima reunião do Comitê Norte será realizada em Manaus, em 24 e 25 de fevereiro.	ANP, Sindigás, Secretário Regional e parceiros	Até 15 de fevereiro.
Organizar próxima reunião do Comitê Sudeste I para os dias 15 e 16 de fevereiro.	ANP, Sindigás, Secretário Regional e parceiros	Até 10 de fevereiro.